

**Rio de Janeiro, 29 de julho de 2018.**

Alana de Oliveira Passos de Souza

**Código de Manifestação:** 190.053.851.574

Prezada Senhora,

Em atenção à manifestação em referência, cadastrada no Sistema Informatizado da Ouvidoria do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, que teve por objeto que *sejam liberados os acessos a todos os dados, documentos, informações lançadas no SIGFIS, termos aditivos, pagamentos, cópia de todas as Prestações de Contas e cópia de achados oriundos de inspeções ordinárias, extraordinárias, tomadas de contas e outras consideradas relevantes referentes a duas obras paralisadas no Município de Queimados, quais sejam a construção do Paço Municipal e de Prédio Anexo à sede da Prefeitura Municipal* foi constituído o Documento TCE-RJ 015.336-5/19 para atendimento ao seu pedido de acesso à informação, formulado com base na Lei Federal nº 12.527/20011.

Em resposta, o Setor Especializado informou o seguinte:

“Em instrução de 11 de abril de 2019, a Coordenadoria de Cobrança Executiva e Atendimentos – COB apontou a existência do Processo TCE-RJ nº 218.510-2/10 que se refere ao contrato nº 013/2010, oriundo da Concorrência Pública nº 002/2009, celebrado em 26.02.2010, entre a Prefeitura Municipal de Queimados e a empresa RGI Empreendimentos LTDA, visando a construção do Paço Municipal, no Bairro Camorim na citada cidade, no valor global de R\$ 7.174.826,56.

Pesquisa suplementar, realizada por esta 1ª CAO, encontrou outros documentos e informações referentes à demanda formalizada, os quais serão especificados a seguir.

- **Construção do Paço Municipal**

Como mencionado em instrução pregressa, a construção do Paço Municipal é objeto do contrato nº 013/2010 firmado entre a Prefeitura Municipal de Queimados e a empresa RGI Empreendimentos LTDA (CNPJ 01093429000133), no valor global informado de R\$ 7.174.826,56. Consta dos sistemas deste tribunal a seguinte relação de empenhos:

Número	Valor	Valor de Liquidação	Valor de Pagamento	Valor de retenção
121	336.780,51	336.780,51	301.418,55	35.361,96
259	1.104.600,00	1.104.600,00	988.617,00	115.983,00
260	639.671,16	00,00	00,00	00,00
398	144.000,00	00,00	00,00	00,00
449	125.000,00	121.274,34	108.540,53	12.733,81
<b>TOTAL</b>	<b>2.350.051,67</b>	<b>1.562.654,85</b>	<b>1.398.576,08</b>	<b>164.078,77</b>

Cabe mencionar que ao **processo TCE-RJ nº 218.510-2/10**, que tratou da análise contratual, foi apensado o **processo TCE-RJ nº 210.335-4/10**, que abordou a análise do edital. Além do encaminhamento do edital e do contrato, foram informados a este tribunal a existência de 16 termos aditivos, conforme informação disponibilizada, como abaixo enumerados:

Nº	Objeto	Valor	Data da Assinatura
1	RERRATIFICAÇÃO DAS OBRAS DE CONST. DO PAÇO MUN.	-	20.12.2010
1	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS	-	12.02.2011
2	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS	-	12.01.2011
2	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS	-	25.11.2011
3	PRORROGAÇÃO DE PRAZO PARA CONCLUSÃO DAS OBRAS	-	25.11.2011
4	ACRESCIMO DE SERVIÇOS CONST. PASSO MUNIC.	1.179.662,40	24.08.2012
5	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	-	24.10.2012
6	PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DE OBRAS	-	22.07.2013
7	RERRATIFICAÇÃO C/ ACRÉSCIMO DE SERVIÇOS	609.281,51	27.11.2013
8	PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DE OBRAS	-	01.04.2014
9	PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DE OBRAS	-	25.04.2014
10	PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA	-	16.03.2015

	CONCLUSÃO DE OBRAS		
11	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	-	17.07.2015
12	RERRATIFICAÇÃO DAS OBRAS CONST. PAÇO MUNICIPAL	-	29.09.2015
13	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	-	02.12.2015
14	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	-	27.07.2016
-	<b>CONTRATO Nº 013/2010</b>	<b>7.174.826,56</b>	<b>26.02.2010</b>
<b>TOTAL</b>		<b>8.963.770,47</b>	-

Desses termos aditivos acima discriminados foram originados os seguintes processos no âmbito do Tribunal de Contas:

- **Processo TCE-RJ nº 205.867-2/11** – Trata do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, formalizado em 20.12.10, tendo por objeto a rerratificação das obras de construção do Paço Municipal, localizado, no Bairro Camorin, em Queimados, tendo em vista as alterações do projeto original.
- **Processo TCE-RJ nº 205.959-1/11** – Trata do 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, formalizado em 12.01.11, tendo por objeto a prorrogação do prazo para conclusão das obras de construção do Paço Municipal de Queimados.
- **Processo TCE-RJ nº 200.278-2/12** – Trata do 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, formalizado em 25.11.11, tendo por objeto a prorrogação contratual por mais 10 meses, de 06.11.11 a 05.09.12.
- **Processo TCE-RJ nº 231.235-3/12** – Trata do 4º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, formalizado em 24.08.12, tendo por objeto o acréscimo de serviços no valor de R\$ 1.179.662,40.
- **Processo TCE-RJ nº 242.519-6/12** – Trata do 5º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, formalizado em 24.10.12, tendo por objeto a prorrogação contratual por mais 10 meses.
- **Processo TCE-RJ nº 229.081-6/13** – Trata do 6º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, formalizado em 22.07.13, tendo por objeto a prorrogação de prazo por mais 240 dias, de 06.07.13 a 02.03.14.
- **Processo TCE-RJ nº 201.764-2/14** – Trata do 7º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, formalizado em 27.11.13, tendo por objeto a rerratificação com acréscimo de serviços das obras, no valor de R\$ 609.281,51.
- **Processo TCE-RJ nº 212.698-6/14** – Trata do 8º Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2010, formalizado em 26.02.10, tendo por objeto a prorrogação de prazo por mais 120 dias, de 03.03.14 a 30.06.14.

O contrato em tela foi objeto da fiscalização nº 304/2013 (**Processo TCE-RJ nº 212.094-2/13**) que teve por objetivo “*verificar as condições de organização e funcionamento da fiscalização e o controle das obras públicas municipais*” na Prefeitura Municipal de Queimados. Cabe informar que o contrato 02/2009 foi um dentre uma amostra de contratos

fiscalizados e a auditoria, a partir da análise de todos os itens da amostra, chegou aos seguintes achados de auditoria:

#### GESTÃO ORGANIZACIONAL

##### Achado 1:

Gestão Organizacional deficiente para fiscalizar a execução contratual de obras e serviços de engenharia.

#### GESTÃO DE PROJETOS

##### Achado 2:

Projetos básicos de obras e serviços de engenharia sem elementos mínimos que viabilizem a fiscalização e o controle de obras.

#### GESTÃO DA EXECUÇÃO

##### Achado 3:

Procedimentos inadequados de fiscalização de obras e serviços de engenharia.

#### CONTROLE INTERNO

##### Achado 4:

Órgão de Controle Interno não atua sobre a fiscalização de obras e serviços de engenharia.

#### GESTÃO DA QUALIDADE DE OBRAS

##### Achado 5:

Controle inadequado da qualidade de obras e serviços de engenharia.

O monitoramento referente à auditoria foi realizado em 18 a 22 de maio de 2015 e formalizado mediante o **Processo TCE-RJ nº 276.938-6/15**.

- **Prédio Anexo à Prefeitura Municipal**

Por sua vez, a construção do Prédio Anexo da Sede da Prefeitura é objeto do **Processo TCE-RJ nº 213.026-4/14** que trata da análise do contrato firmado entre a Prefeitura de Queimados e a construtora RGI Empreendimentos LTDA (CNPJ 01093429000133), no valor global estimado de R\$ 3.022.903,85. Consta dos sistemas deste tribunal a seguinte relação de empenhos:

Número	Valor	Valor de Liquidação	Valor de Pagamento	Valor de retenção
187	9.999,00	00,00	00,00	00,00
232	289.296,52	289.296,52	257.321,65	31.974,87
448	20.453,26	20.453,26	20.453,26	00,00

450	289.296,52	289.296,52	257.321,65	31.974,87
<b>TOTAL</b>	<b>609.045,30</b>	<b>599.046,30</b>	<b>535.096,56</b>	<b>63.949,74</b>

Perscrutando os sistemas de informação desta Corte de Contas verificou-se a informação referente a cinco termos aditivos ao contrato em apreço:

Nº	Objeto	Valor	Data da Assinatura
1º	PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA CONCLUSÃO DE OBRAS	-	28.04.2015
2º	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	-	11.12.2015
3º	RERRATIFICAÇÃO COM ACRESCIMO DE VALOR	560.873,34	06.04.2016
4º	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	-	26.04.2016
5º	PRORROGAÇÃO DE PRAZO	-	18.06.2018
-	<b>CONTRATO</b>	<b>3.022.903,85</b>	<b>26.04.2014</b>
<b>TOTAL</b>		<b>3.583.777,19</b>	

Relevante informar que possíveis irregularidades, quanto a execução desses contratos, só podem ser verificadas em sede de auditoria.

Neste quesito, cumpre esclarecer que a seleção de auditorias por parte do TCE-RJ, tendo em vista a grande quantidade de atos e contratos cujo controle é de sua competência (não só os celebrados pelo Governo do Estado como também aqueles firmados pelos seus 91 municípios jurisdicionados), se dá por meio de critérios de risco, materialidade, relevância e oportunidade, conforme o disposto na Resolução TCE-RJ nº 302 de 24.08.17, levando-se em conta, ainda, a capacidade operacional disponível no corpo técnico.

Em síntese, portanto, não foram apontados por esta Corte, até o presente momento, indícios de irregularidades nas medições dos referidos contratos.

Por derradeiro informa-se que os processos mencionados ao longo da instrução tiveram seus arquivos salvos em mídia digital de modo a atender à solicitação realizada pela parlamentar.”

Os processos mencionados nesta carta resposta constam dos arquivos anexos que serão publicados no site do TCE-RJ.

A Ouvidoria do TCE/RJ agradece seu contato e coloca-se a disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que porventura se façam necessários.

Atenciosamente,

[ouvidoria@tce.rj.gov.br](mailto:ouvidoria@tce.rj.gov.br)